

SABERES CELESTES INDÍGENAS E PLURIEPISTEMICIDADE NO BRASIL

Vitória Freitas Caetano de Oliveira (UEPG)

Marcelo Emilio (UEPG)

Letícia Fraga (UEPG)

INTRODUÇÃO: O Brasil caracteriza-se por ampla diversidade étnica e linguística, o que se expressa na presença de numerosas línguas indígenas ainda faladas no país. Toledo e Miranda (2021) destacam o caráter multilíngue da realidade brasileira, e dados oficiais apontam a existência de 274 línguas indígenas e 305 etnias no país (BRASIL, 2022). Nesse contexto, os saberes celestes indígenas constituem um campo relevante de investigação, pois articulam linguagem, cultura e cosmologias próprias, vinculadas à espiritualidade, ao conhecimento ecológico e ao cotidiano das comunidades. Conforme assinala Baniwa (2014), a abordagem das línguas indígenas exige atenção à complexidade de seus contextos culturais e epistemológicos, o que também se aplica ao estudo de suas formas de nomear e interpretar o céu. Nessa perspectiva, a etnoastronomia permite compreender que os modos indígenas de observar e significar os fenômenos celestes não representam formas secundárias ou inferiores de conhecimento em relação à tradição científica ocidental, mas expressam outras racionalidades e outros sistemas legítimos de interpretação do cosmos. Nesse sentido, a ideia de pluriepistemicidade desponta como um caminho promissor. O conceito de Visão de Dois Olhos, proposto por Bartlett et al. (2012), sugere uma abordagem integradora que articula simultaneamente uma visão científica ocidental e uma visão indígena de mundo, compreendidas como complementares e mutuamente enriquecedoras. A partir dessa perspectiva, o presente trabalho delimita-se à análise de termos e sistemas celestes em algumas etnias indígenas brasileiras, com ênfase em Tembé-Tenetehara, Tukano, Tupinambá, Xukuru e Kaingang, com o objetivo de discutir como esses saberes evidenciam diferentes modos de compreender o cosmos e ampliam a compreensão da etnoastronomia no Brasil.

METODOLOGIA: Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, desenvolvida a partir de levantamento realizado na plataforma Google Acadêmico com base em produções sobre astronomia indígena, etnoastronomia, línguas indígenas e saberes celestes. Inicialmente, foram identificados trabalhos referentes a diferentes povos originários brasileiros. Posteriormente, procedeu-se à seleção de estudos que apresentavam descrições mais consistentes sobre termos, sistemas celestes e interpretações astronômicas associadas a etnias específicas. O recorte em Tembé-Tenetehara, Tukano, Tupinambá, Xukuru e Kaingang foi definido com base na maior recorrência dessas etnias na literatura consultada e na disponibilidade de dados que possibilitasse análise comparativa mais consistente entre linguagem, cultura e cosmologias indígenas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O levantamento bibliográfico mostrou que a diversidade de constelações e de denominações celestes entre diferentes etnias indígenas não representa apenas variações linguísticas, mas modos próprios de interpretar o céu, vinculados a experiências culturais, cosmológicas e territoriais específicas. A literatura analisada evidencia que os sistemas celestes indígenas constituem formas legítimas de conhecimento, pois articulam observação da natureza, memória coletiva, espiritualidade e organização da vida social. Essa

perspectiva dialoga com o conceito de confluência proposto por Antonio Bispo dos Santos (2023), ao indicar que diferentes formas de saber podem coexistir em relações de reconhecimento, respeito e fortalecimento mútuo.

Entre os exemplos encontrados, Afonso, Fernandes, Nadal e Silva (2011) destacam que uma diferença importante entre constelações indígenas e ocidentais está nos seres e significados associados aos agrupamentos estelares. Os autores mencionam o caso da constelação ocidental de Escorpião, que, em tradições indígenas, pode ser interpretada como a constelação do Boitatá ou da Surucucu. Esses exemplos mostram que as leituras indígenas do céu não correspondem a simples renomeações de constelações ocidentais, mas a sistemas interpretativos próprios, vinculados a cosmologias específicas.

A bibliografia consultada também indica que esses saberes, embora amplamente presentes entre diferentes povos indígenas, foram historicamente marginalizados e ainda enfrentam processos de silenciamento. Diante disso, o estudo reforça a importância da etnoastronomia como campo de pesquisa e de atuação educacional, por contribuir para o reconhecimento da pluralidade de formas de produzir conhecimento, para a promoção da justiça epistêmica e para a valorização das culturas originárias.

Palavras-chave: Etnoastronomia indígena; Linguagem; Cosmologias indígenas.

REFERÊNCIAS:

AFONSO, G. B.; FERNANDES, J. M. (DIAKARA); NADAL, T. M.; SILVA, P. S. *A constelação do escorpião na mitologia indígena*. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 47, p. 40-45, 2011

BANIWA, G. *Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena*. In: **SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA**, 2014, Foz do Iguaçu. Anais do Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística. Brasília, DF: Iphan, p. 14–28, 2019.

BARTLETT, C.; MARSHALL, M.; MARSHALL, A. *Two-Eyed Seeing and other lessons learned within a co-learning journey of bringing together indigenous and mainstream knowledges and ways of knowing*. **Journal of Environmental Studies and Sciences**, v. 2, n. 4, p. 331–340, 2012.

BRASIL. **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)**. Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etnias>. Acesso em: 17 abr. 2026.

SANTOS, A. B. dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

TOLEDO, B. F.; MIRANDA, C. C. *Por que documentar e descrever línguas? A importância desses estudos para revitalização e fortalecimento de línguas indígenas brasileiras*. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 6, 2021.